

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEXTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR**

Pelo presente instrumento particular:

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

**BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Conjunto 1, Bloco J, 12º e 13º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 00.383.281/0001-09, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e,

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 3.7(i) abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série"), dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 3.7(ii) abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série") e dos titulares das Debêntures da Terceira Série (conforme definido na Cláusula 3.7(iii) abaixo) ("Debenturistas da Terceira Série") e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série, "Debenturistas");

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("Escritura de Emissão"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I – DO PROGRAMA E DA AUTORIZAÇÃO**

**1.1.** A Emissão (conforme definido abaixo) e a Oferta (conforme definido abaixo) são realizadas com base nas deliberações abaixo, que aprovaram, nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores ("Instrução CVM 400"), (a) o arquivamento do terceiro programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária ou subordinada, de emissão da Emissora, no valor de até R\$8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais) ("Programa de Distribuição"); e (b) a realização da sexta emissão (sendo a segunda emissão no âmbito do Programa de Distribuição), pela Emissora, de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com as

demais características indicadas nesta Escritura de Emissão ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública ("Oferta");

- (i) reunião da Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES") realizada em 21 de setembro de 2010, conforme Decisão n.º Dir. 1717/2010-BNDES, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal ("JCDF") em 7 de outubro de 2010 e publicada no Diário Oficial da União ("DOU"), em 29 de outubro de 2010, e na edição nacional do jornal "Valor Econômico", em 28 de outubro de 2010;
- (ii) reunião da Diretoria do BNDES realizada em 14 de outubro de 2010, conforme Decisão n.º Dir. 1771/2010-BNDES, cuja ata foi arquivada na JCDF em 5 de novembro de 2010 e publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 17 de novembro de 2010;
- (iii) reunião da Diretoria do BNDES realizada em 24 de janeiro de 2012, conforme Decisão n.º Dir. 83/2012-BNDES, cuja ata foi arquivada na JCDF em 10 de fevereiro de 2012 e foi publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 22 de fevereiro de 2012;
- (iv) parecer do conselho fiscal n.º 03/2010, datado de 20 de setembro de 2010; e
- (v) parecer do conselho fiscal n.º 01/2012, datado de 23 de janeiro de 2012.

## **CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS**

A Emissão será feita com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1. Arquivamento e Publicação das Atas das Deliberações Societárias**

A ata da Decisão de Diretoria do BNDES (Decisão n.º Dir 1717/2010-BNDES) realizada em 21 de setembro de 2010 foi arquivada na JCDF em 7 de outubro de 2010 e publicada no DOU, em 29 de outubro de 2010, e na edição nacional do jornal "Valor Econômico", em 28 de outubro de 2010.

A ata da Decisão de Diretoria do BNDES (Decisão n.º Dir 1771/2010-BNDES) realizada em 14 de outubro de 2010 foi arquivada na JCDF em 5 de novembro de 2010 e publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 17 de novembro de 2010.

A ata da Decisão de Diretoria do BNDES (Decisão n.º Dir 83/2012-BNDES) realizada em 24 de janeiro de 2012 foi arquivada na JCDF em 10 de fevereiro de 2012 e foi publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 22 de fevereiro de 2012.

### **2.2. Inscrição desta Escritura de Emissão**

Esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JCDF.

### **2.3. Registro pela CVM**

A Oferta será registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), da Instrução CVM 400 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

### **2.4. Registro para Distribuição no Mercado Primário**

As Debêntures serão registradas para distribuição pública, no mercado primário, por meio (i) do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP") e as Debêntures custodiadas e registradas no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP; e (ii) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme o caso, observadas, ainda, as normas e os procedimentos de operacionalização de tais sistemas.

### **2.5. Registro para Negociação Secundária**

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio (i) da Plataforma de Negociação Eletrônica – CetipNet ("CetipNet"), administrada e operacionalizada pela CETIP, sendo as negociações liquidadas por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas e registradas no SND; e (ii) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme o caso, e, ressalvado o disposto na parte final desta Cláusula, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros. As Debêntures que estiverem custodiadas na CETIP poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado, sendo admitidas negociações cursadas fora do ambiente de negociação eletrônica CetipNet, devendo as negociações ser liquidadas por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas e registradas no SND.

### **2.6. Registro pela ANBIMA**

A Oferta será registrada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") (i) na forma e prazo previstos no "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" ("Código ANBIMA") e (ii) no Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, observado o disposto no artigo 4º, inciso II, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa", de 1º de outubro de 2011 ("Código ANBIMA de Renda Fixa").

## **CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **3.1. Objeto Social da Emissora**

A Emissora tem por objeto social:

- (i) a realização de operações visando à capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados, observados os planos e políticas do BNDES;
- (ii) o apoio a empresas que reúnam condições de eficiência econômica, tecnológica e de gestão e, ainda, que apresentem perspectivas adequadas e retorno para o investimento, em condições e prazos compatíveis com o risco e a natureza de sua atividade;
- (iii) o apoio ao desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias;
- (iv) contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, por intermédio do acréscimo de oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital de empresas; e
- (v) administrar carteira de valores mobiliários, próprios e de terceiros.

### **3.2. Número da Emissão**

A presente Emissão constitui a 6ª (sexta) emissão pública de debêntures da Emissora, sendo a 2ª (segunda) realizada no âmbito do Programa de Distribuição.

### **3.3. Valor Total da Emissão**

O valor da Emissão, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), é de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) e as Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo).

### **3.4. Colocação**

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), sob o regime de garantia firme de liquidação, de acordo com os procedimentos previstos no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples da Sexta Emissão da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, a ser firmado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). Não haverá opção de distribuição parcial, devendo ser cancelada a Emissão em caso de não haver demanda para a totalidade de Debêntures, à remuneração que venha a ser aceita pela Emissora, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo).

### 3.5. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

### 3.6. Coletas de Intenções de Investimento (Procedimento de *Bookbuilding*)

Será adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição da emissão das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série e, em sendo confirmada a emissão das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, para definir, de comum acordo com a Emissora (em conjunto, "Procedimento de *Bookbuilding*"):

- (i) a quantidade de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série e/ou de Debêntures da Terceira Série, observados os limites previstos na Cláusula 3.7 abaixo; e
- (ii) a Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo) e/ou a Sobretaxa da Segunda Série (conforme definido abaixo) e/ou os Juros da Terceira Série (conforme definido abaixo).

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será aprovado por um membro da Diretoria do BNDES, por delegação expressa de poderes aprovada pela Diretoria do BNDES.

Até o Dia Útil (conforme definido na Cláusula 3.19 abaixo) seguinte ao que for realizado o Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora disponibilizará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (i.e., a quantidade de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série e/ou de Debêntures da Terceira Série e a Remuneração da Primeira Série e/ou a Sobretaxa da Segunda Série e/ou os Juros da Terceira Série) em sua página na Internet, sendo que, com relação à Remuneração da Primeira Série e/ou à Sobretaxa da Segunda Série e/ou aos Juros da Terceira Série, as informações disponibilizadas poderão, ainda, ser expressas na forma de sobretaxa (*spread*), a ser adicionada à remuneração do instrumento financeiro aplicável, que será usado como parâmetro para a definição da Remuneração, conforme Cláusula 3.12 (e suas subcláusulas) abaixo.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será divulgado nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, bem como será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão.

### 3.7. Quantidade de Debêntures e Séries

A Emissão será realizada em até três séries, observado que o somatório das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série não

poderá exceder R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) e, consequentemente, 2.000.000 (dois milhões) de Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). A existência e a quantidade de cada série será definida no Procedimento de *Bookbuilding* (não havendo possibilidade de distribuição parcial, conforme previsto na Cláusula 3.4 acima), sendo que:

- (i) a primeira série se, de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, for emitida, será composta por, no mínimo, 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures e, no máximo, 2.000.000 (dois milhões) de Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais) ("Debêntures da Primeira Série");
- (ii) a segunda série se, de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, for emitida, será composta por, no mínimo, 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures e, no máximo, 2.000.000 (dois milhões) de Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais) ("Debêntures da Segunda Série"); e
- (iii) a terceira série se, de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, for emitida, será composta por, no mínimo, 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures e, no máximo, 2.000.000 (dois milhões) de Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais) ("Debêntures da Terceira Série").

Ressalvadas as referências específicas às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série ou às Debêntures da Terceira Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, em conjunto.

### **3.8. Forma**

As Debêntures terão a forma escritural. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Escriuradora (conforme definido abaixo), responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas no SND, será expedido, pela CETIP, extrato em nome do Debenturista. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures.

### **3.9. Espécie**

As Debêntures serão da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária). Desse modo, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.

### 3.10. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de abril de 2012 ("Data de Emissão").

### 3.11. Data de Vencimento

A data de vencimento:

- (i) das Debêntures da Primeira Série será 1º de julho de 2016 ("Data de Vencimento da Primeira Série"), data em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 abaixo), pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização (conforme definido abaixo) até a data do efetivo pagamento;
- (ii) das Debêntures da Segunda Série será 1º de julho de 2016 ("Data de Vencimento da Segunda Série"), data em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 abaixo), pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização até a data do efetivo pagamento; e
- (iii) das Debêntures da Terceira Série será 15 de maio de 2019 ("Data de Vencimento da Terceira Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série e a Data de Vencimento da Segunda Série, "Data de Vencimento", data em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures da Terceira Série em Circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 abaixo), pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Terceira Série (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data do pagamento anterior de Juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

### 3.12. Remuneração

A partir da Data de Subscrição e Integralização, as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série farão jus à seguinte remuneração.

#### 3.12.1. Remuneração das Debêntures da Primeira Série

**3.12.1.1. Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

**3.12.1.2. Juros Remuneratórios.** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em

qualquer caso, limitado ao resultado da soma de 0,70% (setenta centésimos por cento) à taxa de juros efetiva anual de ajuste do contrato futuro de taxa média de DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, com vencimento em 2 de janeiro de 2017, código F17, divulgada pela BM&FBOVESPA no informativo Boletim Diário Versão Completa (Mercadorias e Futuros), disponível em sua página na Internet (<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/cotacoes/boletim-diario/BoletimDiario.asp>) referente à taxa de fechamento na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* ("Remuneração da Primeira Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Primeira Série será paga na Data de Vencimento da Primeira Série. A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$J = \{ VNe \times [FatorJuros - 1] \}$ , onde:

J = Valor da Remuneração de cada uma das Debêntures da Primeira Série no final do Período de Capitalização da Primeira Série (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série na Data de Subscrição e Integralização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

taxa = taxa de juros fixa, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição e Integralização e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

Define-se "Período de Capitalização da Primeira Série" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização e termina na Data de Vencimento da Primeira Série.

### **3.12.2. Remuneração das Debêntures da Segunda Série**

**3.12.2.1. Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado.



**3.12.2.2. Juros Remuneratórios.** Observado o disposto na Cláusula 3.12.2.6 abaixo, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios, em cada um dos Períodos de Capitalização da Segunda Série (conforme definido abaixo), correspondentes à taxa de juros de referência – TJ3 – 3 meses, com data de apuração indicada na tabela abaixo, divulgada pela BM&FBOVESPA no informativo Boletim Diário Versão Completa (Mercadorias e Futuros), disponível em sua página na Internet (<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/cotacoes/boletim-diario/BoletimDiario.asp>) ("TJ3"), somada de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,70% (setenta centésimos por cento) ao ano ("Sobretaxa da Segunda Série", e, em conjunto com a TJ3, "Remuneração da Segunda Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos em cada um dos Períodos de Capitalização da Segunda Série, incidentes cumulativamente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Segunda Série será paga na Data de Vencimento da Segunda Série. A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$J = \{ VNe \times [FatorJuros - 1] \}$ , onde:

J = Valor Nominal Unitário da Remuneração da Segunda Série devida na Data de Vencimento da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série na Data de Subscrição e Integralização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \prod_{k=1}^n \left\{ \left[ \left( \frac{TJ3_k + sobretaxa}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{DP_k}{252}} \right\}, \text{ onde:}$$

n = número total de Períodos de Capitalização da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

$TJ3_k$  = TJ3 para cada Período "k" de Capitalização da Segunda Série, informada com 3 (três) casas decimais;

Sobretaxa = taxa de juros fixa, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

$DP_k =$  número de Dias Úteis entre (i) a Data de Subscrição e Integralização das Debêntures da Segunda Série, para o primeiro Período de Capitalização da Segunda Série, se "k" for igual a "1" ou (ii) a data de início do Período de Capitalização da Segunda Série se "k" for diferente de "1", e a data de (a) início do Período de Capitalização da Segunda Série seguinte, não inclusive, ou (b) data de cálculo, não inclusive, se a data de cálculo estiver contida no período "n", sendo " $DP_k$ " um número inteiro

Define-se "Período de Capitalização da Segunda Série" o intervalo de tempo entre o início e o término de cada um dos períodos indicados na tabela abaixo, sendo que cada Período de Capitalização da Segunda Série sucede o anterior sem solução de continuidade:

Período de Capitalização da Segunda Série	Início do Período de Capitalização	Término do Período de Capitalização	Data-Base de Apuração da TJ3
1	Data de Subscrição e Integralização	30/06/2012	Data do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>
2	01/07/2012	30/9/2012	02/07/2012
3	01/10/2012	31/12/2012	01/10/2012
4	01/01/2013	31/3/2013	02/01/2013
5	01/04/2013	30/06/2013	01/04/2013
6	01/07/2013	30/9/2013	01/07/2013
7	01/10/2013	31/12/2013	01/10/2013
8	01/01/2014	31/3/2014	02/01/2014
9	01/04/2014	30/06/2014	01/04/2014
10	01/07/2014	30/9/2014	01/07/2014
11	01/10/2014	31/12/2014	01/10/2014
12	01/01/2015	31/3/2015	02/01/2015
13	01/04/2015	30/06/2015	01/04/2015
14	01/07/2015	30/9/2015	01/07/2015
15	01/10/2015	31/12/2015	01/10/2015
16	01/01/2016	31/3/2016	04/01/2016
17	01/04/2016	30/06/2016	01/04/2016

**3.12.2.3.** No caso de indisponibilidade temporária da TJ3, será utilizado, em sua substituição, para apuração da TJ3, o mesmo percentual da última TJ3 divulgada na forma da Cláusula 3.12.2.2 acima, não cabendo, porém, quando da divulgação da taxa de juros devida, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série. Se a não divulgação da TJ3 for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 3.12.2.4. e 3.12.2.5. abaixo.

**3.12.2.4.** No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para a sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da TJ3 às Debêntures da Segunda Série ("Evento da TJ3"), o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do Evento da TJ3, realizar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo) (modos e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, dos novos parâmetros de remuneração das Debêntures da Segunda Série a ser proposto pela Emissora.

**3.12.2.5.** Caso não haja acordo sobre os novos parâmetros de remuneração das Debêntures da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) do total das Debêntures da Segunda Série em Circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento anterior da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

**3.12.2.6.** O Agente Fiduciário deverá, na data de início de cada Período de Capitalização da Segunda Série, disponibilizar, em sua página na Internet, a Remuneração da Segunda Série para o respectivo Período de Capitalização da Segunda Série, sem necessidade de realização de aditamento a esta Escritura de Emissão e/ou de Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série.

### **3.12.3. Remuneração das Debêntures da Terceira Série**

**3.12.3.1. Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série automaticamente ("Atualização Monetária da Terceira Série"). A Atualização Monetária da Terceira Série será paga na Data de Vencimento da Terceira Série com o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C, \text{ onde:}$$

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right], \text{ onde:}$$

$n$  = número total de índices considerados na atualização das Debêntures da Terceira Série, sendo " $n$ " um número inteiro;

$NI_k$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Terceira Série. Após a data de aniversário, o valor do número-índice do mês de atualização;

$NI_{k-1}$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês " $k$ ";

$dup$  = número de Dias Úteis entre (i) a Data de Subscrição e Integralização das Debêntures da Terceira Série, para o primeiro mês de atualização, ou (ii) a data de aniversário anterior, para os demais meses, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice de preços, sendo " $dup$ " um número inteiro; e

$dut$  = número de Dias Úteis contidos entre a data de aniversário anterior e a próxima data de aniversário, sendo " $dut$ " um número inteiro.

Os fatores resultantes das expressões  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Considera-se data de aniversário todo dia 15 (quinze) de cada mês. Caso o dia 15 (quinze) de cada mês não seja Dia Útil, prorroga-se a data para o primeiro Dia Útil subsequente.

Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente.

O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais ao divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

**3.12.3.1.1.** No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, para apuração do fator " $C$ ", o mesmo percentual do último IPCA divulgado, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Terceira Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 3.12.3.1.2 e 3.12.3.1.3 abaixo.

**3.12.3.1.2.** No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para a sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IPCA às Debêntures da Terceira Série ("Evento do IPCA"), o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do Evento do IPCA, realizar Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série (conforme

definido na Cláusula 7.1 abaixo) (modos e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, dos novos parâmetros de remuneração das Debêntures da Terceira Série a ser proposto pela Emissora.

**3.12.3.1.3.** Caso não haja acordo sobre os novos parâmetros de remuneração das Debêntures da Terceira Série entre a Emissora e os Debenturistas da Terceira Série representando, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) do total das Debêntures da Terceira Série em Circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Terceira Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, acrescido da Remuneração da Terceira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento anterior dos Juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

**3.12.3.2. Juros Remuneratórios.** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,70% (setenta centésimos por cento) somado à taxa interna de retorno da Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B com vencimento em 15 de agosto de 2020, que deverá ser a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA, a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data anterior de pagamento dos Juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros da Terceira Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária da Terceira Série, "Remuneração da Terceira Série", e a Remuneração da Terceira Série, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série e a Remuneração da Segunda Série, "Remuneração"). Os Juros da Terceira Série serão pagos em 15 de maio de 2014, 15 de maio de 2015, 15 de maio de 2016, 15 de maio de 2017, 15 de maio de 2018 e na Data de Vencimento da Terceira Série. Os Juros da Terceira Série serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$ , onde:

J = Valor Nominal Unitário dos Juros da Terceira Série devidos no final de cada Período de Capitalização da Terceira Série (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

taxa = taxa de juros fixa, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição e Integralização ou a data anterior de pagamento dos Juros da Terceira Série, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

Define-se "Período de Capitalização da Terceira Série" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização da Terceira Série, ou na data anterior de pagamento dos Juros da Terceira Série, no caso dos demais Períodos de Capitalização da Terceira Série, e termina na data de pagamento dos Juros da Terceira Série correspondente ao respectivo Período de Capitalização da Terceira Série. Cada Período de Capitalização da Terceira Série sucede o anterior sem solução de continuidade.

**3.12.3.3.** O Agente Fiduciário deverá, em cada data de aniversário da Terceira Série, disponibilizar, em sua página na Internet, o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, sem necessidade de realização de aditamento a esta Escritura de Emissão e/ou de Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série.

### **3.13. Preço de Subscrição e Integralização**

**3.13.1.** A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à BM&FBOVESPA ou à CETIP, conforme o caso, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Subscrição e Integralização").

**3.13.2.** Não incidirá Remuneração entre a Data de Emissão e a Data de Subscrição e Integralização.

### **3.14. Aumento da Oferta**

**3.14.1.** Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 300.000 (trezentas mil) Debêntures suplementares ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela

Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora até a data de publicação do Anúncio de Início. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série.

**3.14.2.** A Emissora poderá aumentar a quantidade de Debêntures em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures adicionais, com relação à quantidade originalmente prevista, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de publicação do Anúncio de Início ("Debêntures Adicionais"). A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série.

**3.14.3.** Caso ocorra o aumento na quantidade originalmente ofertada, conforme previsto na(s) Cláusula(s) 3.14.1 e/ou 3.14.2 acima, a presente Escritura de Emissão deverá ser aditada de maneira a refletir a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas.

### **3.15. Recompra Obrigatória**

Observado o disposto nas Cláusulas 3.15.1 e 3.15.2 abaixo, a Emissora obriga-se a recomprar as Debêntures de titularidade do Debenturista que venha a solicitá-la, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures de sua titularidade, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses de:

- a) não atendimento de quaisquer dos requisitos para a emissão de títulos e valores mobiliários no âmbito do Código ANBIMA de Renda Fixa, em vigor na Data da Emissão, conforme previstos em seu artigo 4º;
- b) alienação do controle acionário da Emissora, seja por meio de uma única operação ou por meio de operações sucessivas;
- c) transferência do controle acionário da Emissora em decorrência de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações; ou
- d) alienação do controle da sociedade que detenha o poder de controle da Emissora.

**3.15.1** A Emissora deverá, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 3.15 acima, publicar aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 3.22 abaixo, enviando, na mesma data, cópia de tal aviso ao Agente Fiduciário, ao Banco Mandatário, à Instituição Escrituradora, à CETIP, à BM&FBOVESPA e à CVM, devendo tal aviso descrever:

- a) o evento ocorrido, nos termos da Cláusula 3.15 acima;
- b) o prazo para que seja apresentada a solicitação de recompra, o qual não poderá ser inferior a 6 (seis) meses contados da data de publicação do aviso;
- c) a forma pela qual deverá ser apresentada a solicitação de recompra;
- d) o prazo para a Emissora realizar a recompra, que não excederá a 30 (trinta) dias contados da data da respectiva solicitação; e
- e) demais informações pertinentes.

**3.15.2** O pagamento das Debêntures recompradas pela Emissora nos termos da Cláusula 3.15 acima será realizado por meio (a) da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; (b) da BM&FBOVESPA, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e (c) por meio da Instituição Escriutadora, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

### **3.16. Destinação dos Recursos**

Os recursos obtidos pela Emissora por meio desta Emissão serão destinados: (i) à complementação e/ou reforço de seu orçamento de investimentos, na subscrição de valores mobiliários em ofertas públicas ou privadas (ações, debêntures simples ou conversíveis), não tendo a Emissora como determinar o momento em que os recursos serão utilizados, ou os montantes a serem empregados, uma vez que essa determinação dependerá das características das aquisições que venham a ser negociadas pela Emissora, de acordo com seu objeto social; e (ii) à complementação e/ou reforço do caixa da Emissora, a serem utilizados no curso regular de seus negócios.

### **3.17. Direito ao Recebimento dos Pagamentos**

Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

### **3.18. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas no BOVESPAFIX; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário e/ou Instituição Escriutadora, para os titulares das Debêntures que não estejam vinculadas à BM&FBOVESPA ou à CETIP.



### **3.19. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou, ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e/ou na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

Para os fins desta Escritura de Emissão "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja um sábado, domingo ou feriado nacional.

### **3.20. Encargos Moratórios**

Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios"), independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

### **3.21. Mora do Debenturista**

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.20 acima, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento.

### **3.22. Publicidade**

Todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do jornal "Valor Econômico", no boletim oficial da bolsa de valores e entidade de mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e por meio da rede mundial de computadores, devendo a Emissora avisar, antecipadamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

### **3.23. Imunidade Tributária**

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Escriuradora e ao Banco Mandatário, no endereço que esta indicar, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção

tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### **3.24. Banco Mandatário e Instituição Escriuradora**

A instituição prestadora de serviços de banco mandatário das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário", sendo que essa definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula).

A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Instituição Escriuradora", sendo que essa definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Escriuradora na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula).

### **3.25. Comunicações**

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

Para a Emissora:

#### **BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR**

Av. República do Chile 100, sala 514

20031-917 Rio de Janeiro, RJ

At.: Selmo Aronovich  
Superintendente da Área Financeira do BNDES

Telefone: (21) 2172-7528

Fac-símile: (21) 2172-6228

E-mail: [selmo@bndes.gov.br](mailto:selmo@bndes.gov.br)

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Av. das Américas 4200, sala 514, bloco 04

22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Back Office)  
Srta. Nathalia Machado (Jurídico)  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fac-símile: (21) 3385-4046  
E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)  
[juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br)

## **CLÁUSULA IV - DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

### **4.1. Aquisição Facultativa**

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures da Primeira Série em Circulação, Debêntures da Segunda Série em Circulação e Debêntures da Terceira Série em Circulação, desde que observando o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo vedada a aquisição e manutenção em tesouraria de mais de 5% (cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série até 30 de abril de 2014.

**4.1.1.** A Emissora está impedida de negociar privadamente as Debêntures, devendo a aquisição ser feita prioritariamente por meio da CetipNet e/ou do BOVESPAFIX.

**4.1.2.** Somente após 30 de abril de 2014, a Diretoria da Emissora poderá aprovar o cancelamento das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

### **4.2. Repactuação**

Não haverá repactuação das Debêntures.

### **4.3. Resgate Antecipado Facultativo**

Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures.

### **4.4. Vencimento Antecipado**

São consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nas Cláusulas 4.4.1 e 4.4.2 abaixo, de imediata exigibilidade do pagamento, junto à Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido da Remuneração, bem como encargos, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição e Integralização ou da data de pagamento da Remuneração anterior, quando cabível, até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:

- a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou de autofalência formulado pela Emissora, ou decretação de falência da Emissora;
- b) não cumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão devidas nas respectivas datas de vencimento, exceto se tal fato decorrer de

(i) determinação judicial ou (ii) problemas operacionais, ligados à BM&FBOVESPA ou à CETIP ou à Instituição Escriutadora (para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à BM&FBOVESPA ou à CETIP), não sanados em até 48 (quarenta e oito) horas contadas da data de sua ocorrência, desde que devidamente comprovado pela Emissora;

c) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a Emissora que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, cujo valor, em conjunto, seja superior a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ou que possam configurar, em face das circunstâncias e a critério do Agente Fiduciário, estado de insolvência da Emissora ou risco de inadimplemento no pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora;

d) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando estiver em mora perante os Debenturistas desta Emissão;

e) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não-pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;

f) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição, em qualquer documento relativo à Emissão, ou de qualquer informação constante do prospecto definitivo atualizado do Programa de Distribuição, incluindo o Formulário de Referência e suas respectivas eventuais alterações, complementações, erratas ou atualizações (em conjunto, "Prospecto Definitivo"), do suplemento preliminar da Emissão e suas respectivas eventuais alterações, complementações, erratas ou atualizações ("Suplemento Preliminar") e/ou do suplemento definitivo da Emissão e suas respectivas eventuais alterações, complementações, erratas ou atualizações ("Suplemento Definitivo" e, em conjunto com o Suplemento Preliminar, "Suplementos") que afete de forma relevante e adversa as Debêntures e que tenha sido notificada à Emissora pelo Agente Fiduciário;

g) alienação ou transferência de um ou mais ativos da Emissora que, descontados os valores relativos às aquisições ocorridas entre o término do exercício anterior e a data de tal alienação ou transferência, representem em conjunto ou individualmente redução de 50% (cinquenta por cento) ou mais do ativo total da Emissora no exercício social imediatamente anterior à data em que tal alienação ou transferência for efetuada. O cômputo desta alienação deve considerar o valor contábil de tais ativos quando de sua alienação ou transferência;

h) alteração ou modificação substancial do objeto social da Emissora, que afete de forma negativa e material o risco de crédito das Debêntures, bem como a transformação da Emissora de sociedade por ações em outro tipo societário, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;

i) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado superior a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data estipulada para pagamento;

j) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora de valor igual ou superior a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, salvo se: (i) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua ocorrência, for comprovado pela Emissora (1) que tal vencimento antecipado ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora, ou, (2) houver impedimento legal que a impeça de sanar a causa do referido vencimento antecipado e que não tenha ocorrido o vencimento antecipado de qualquer outra dívida contraída no País e cujo cumprimento da obrigação de pagamento também deva ser executado no País, com quaisquer terceiros, em decorrência do vencimento antecipado em referência, ou (ii) no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua ocorrência, especificamente para os casos em que seja necessária a obtenção de qualquer aprovação de autoridade governamental para permitir que a Emissora efetue referido pagamento, a Emissora comprove que obteve referida aprovação e sanou tal evento; e/ou

k) não cumprimento da obrigação prevista na Cláusula 3.15 acima.

**4.4.1.** A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (i) e (j) da Cláusula 4.4 acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

**4.4.2.** Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas (c), (d), (e), (f), (g), (h) e (k) da Cláusula 4.4 acima, o vencimento antecipado das Debêntures dependerá de prévia deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo), que deverá ser convocada pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento.

**4.4.3.** A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 4.4.2 acima poderá, por deliberação de Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, e por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

**4.4.4.** Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas ou não havendo deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, exceto se os trabalhos da referida Assembleia Geral de Debenturistas tiverem sido suspensos para reabertura em nova data.

**4.4.5.** Em conformidade com o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora dependerá da prévia aprovação de Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Segunda Série em Circulação, e por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação, reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas especialmente convocadas com esse fim, dispensada tal aprovação se a Emissora assegurar aos Debenturistas que o desejarem o resgate das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das atas das assembleias relativas à operação.

## **CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**5.1.** A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- a) encaminhar ao Agente Fiduciário e à bolsa de valores e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures:
  - a.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como declaração do Diretor de Relação com Investidores atestando o cumprimento das disposições da presente Escritura de Emissão;
  - a.2) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos previstos;
  - a.3) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 3.22 acima;
  - a.4) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão;
  - a.5) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;
  - a.6) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva Data de Vencimento;
  - a.7) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 4.4 acima, imediatamente após a sua ocorrência;

- a.8) retransmitir, em até um Dia Útil após disponível, pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário previsto na Cláusula 6.4 abaixo, alínea (I);
- b) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e dar ao Agente Fiduciário acesso irrestrito: 1) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora; e, 2) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas.
  - c) convocar, nos termos da Cláusula 7.1 abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre qualquer matéria que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
  - d) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
  - e) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada na CVM;
  - f) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer aos Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas na Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
  - g) estruturar e manter em adequado funcionamento departamento de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
  - h) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
  - i) tomar todas as medidas necessárias para:
    - i.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais) e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do respectivo objeto social,
    - i.2) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios,
    - i.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras.
  - j) notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;

- k) manter perante companhias seguradoras que a Emissora entenda razoavelmente ser de primeira linha, os seguros relevantes para a manutenção de sua atividade principal;
- l) informar imediatamente à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures qualquer mudança significativa ou imprecisão das informações que afetem direta ou indiretamente as Debêntures;
- m) informar a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures o seu valor e a data de pagamento de todos e quaisquer rendimentos a elas referentes;
- n) manter contratada agência classificadora de risco para atualização, pelo menos anualmente, do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até o seu vencimento;
- o) encaminhar, imediatamente, à CVM, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea (n) anterior;
- p) estabelecer, em conjunto com os Coordenadores da distribuição pública das Debêntures, os critérios de distribuição/colocação do lote que será destinado para distribuição pulverizada no varejo; e
- q) decidir, em conjunto com os Coordenadores, se haverá ou não aumento na oferta para a presente Emissão de Debêntures, na forma da Cláusula 3.14 acima.

## **CLÁUSULA VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **6.1. Nomeação**

A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário identificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

### **6.2. Declaração**

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura de Emissão:



- a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceitar integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil;
- e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- f) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- g) que esta Escritura de Emissão contém obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições.
- h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e alterações posteriores ("Instrução CVM 28");
- i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- j) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- k) atua, também, como agente fiduciário das debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da quinta emissão da Emissora, no valor total de R\$2.025.000.000,00 (dois bilhões, vinte e cinco milhões), composta por 2.025.000 (dois milhões, vinte e cinco mil) debêntures, em três séries, sendo que a primeira série é composta por 500.000 (quinhentos mil) debêntures, com vencimento em 1º de janeiro de 2014, a segunda série é composta por 1.000.000 (um milhão) de debêntures, com vencimento em 1º de janeiro de 2014, e a terceira série é composta por 525.000 (quinhentos e vinte e cinco mil) debêntures, com vencimento em 15 de janeiro de 2017, não tendo havido qualquer evento de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento até o momento.**

A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

### **6.3. Substituição**

**6.3.1.** Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação, Debêntures da Segunda Série em Circulação e Debêntures da Terceira Série em Circulação, ou pela CVM.

**6.3.2.** Se a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.3.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário.

**6.3.3.** A remuneração do novo Agente Fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que o escolher, observado o disposto na Cláusula 6.3.7 abaixo.

**6.3.4.** Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

**6.3.5.** É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

**6.3.6.** A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

**6.3.7.** O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia Geral de Debenturistas não delibere sobre a matéria.

**6.3.8.** A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão.

**6.3.9.** O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou, no caso do Agente Fiduciário substituto, de eventual aditamento em que for nomeado como substituto do Agente Fiduciário para exercer a função. O Agente Fiduciário deverá permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou, caso não seja substituído, até o que ocorrer por último entre a Data de Vencimento das Debêntures ou o integral e regular pagamento das Debêntures.

**6.3.10.** Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

#### **6.4. Deveres**

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JCDF, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas;
- j.1) enviar à Emissora com até 3 (três) dias após a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas, nas situações em que a convocação seja realizada pelo Agente Fiduciário;
- k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

- k.1) enviar à Emissora, 2 (dois) Dias Úteis após a data de encerramento de cada Assembleia Geral de Debenturistas cópia da ata da Assembleia Geral de Debenturistas, quando a convocação for realizada pelo Agente Fiduciário ou quando da ausência da Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas;
- l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - l.1) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
  - l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - l.5) aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
  - l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - l.8) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
  - l.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- m) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea (l) aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
  - m.1) na sede da Emissora;
  - m.2) no local indicado pelo Agente Fiduciário;

m.3) na CVM;

m.4) na bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures; e

m.5) na instituição líder da colocação das Debêntures;

- n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório de que trata a alínea (l) se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea (m);
- o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Escrituradora, a BM&FBOVESPA e a CETIP;
- p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- q) sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.22 acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

q.1) à CVM;

q.2) à BM&FBOVESPA e/ou à CETIP; e

q.3) ao Banco Central do Brasil; e

- r) fazer a Emissora cumprir com as obrigações previstas na Cláusula 5.1 acima, alíneas (n) e (o), e, ainda, de encaminhar à ANBIMA o relatório de avaliação (*rating*) objeto da atualização.

## **6.5. Atribuições Específicas**

**6.5.1.** Sem prejuízo das obrigações dispostas na presente Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário utilizará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

- c) requerer a falência da Emissora; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

**6.5.2.** Ressalvadas as disposições contidas na cláusula 4.4, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) da Cláusula 6.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas da Primeira Série que representem a unanimidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, de Debenturistas da Segunda Série que representem a unanimidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, e de Debenturistas da Terceira Série que representem a unanimidade das Debêntures da Terceira Série em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures da Primeira Série em Circulação, das Debêntures da Segunda Série em Circulação e das Debêntures da Terceira Série em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) da Cláusula 6.5.1 acima.

## **6.6. Remuneração**

**6.6.1.** Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) Parcelas anuais de R\$6.000,00 (seis mil reais), a primeira a ser paga 5 (cinco) dias após a obtenção do registro da Oferta na CVM e as demais, no mesmo dia nos 5 (cinco) anos seguintes;
- b) O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de cada pagamento (exceto em relação ao primeiro pagamento, que deverá observar uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias), sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- c) As remunerações previstas nas alíneas anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- d) As parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IPCA, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela, conforme descrito na alínea (a) acima, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas pro rata dia se necessário;

- e) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação e no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento pela Emissora da documentação comprobatória de tais despesas. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;
  - f) Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;
  - g) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária; e
  - h) As remunerações serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 6.6.2.** Em caso de sua substituição, o Agente Fiduciário se obriga a restituir à Emissora parte da remuneração anual correspondente aos meses em que não mais desempenhará as funções aqui descritas.

## **CLÁUSULA VII - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

### **7.1. Convocação**

A assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série"), a assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série") e a assembleia geral de Debenturistas da Terceira Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série" e, em conjunto com a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, "Assembleia Geral de Debenturistas") pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas da Primeira Série que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da Segunda Série em Circulação e por Debenturistas da Terceira Série que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

**7.1.1.** A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

### **7.2. Quorum de Instalação**

A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas da Primeira Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação, de Debenturistas da Segunda Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Segunda Série em Circulação, ou de Debenturistas da Terceira Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

**7.2.1.** Para os efeitos da presente Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures da Primeira Série em Circulação", "Debêntures da Segunda Série em Circulação" e "Debêntures da Terceira Série em Circulação", respectivamente, as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série efetivamente subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, excluídas as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora, de sua controladora e de administradores da Emissora ou de sua controladora.

### **7.3. Mesa Diretora**

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista da Primeira Série ou ao Debenturista da Segunda Série ou ao Debenturista da Terceira Série, conforme o caso, eleito, na Assembleia Geral de Debenturistas, pelos Debenturistas da Primeira Série, pelos Debenturistas da Segunda Série ou pelos Debenturistas da Terceira Série, conforme o



caso, presentes ao referido conclave ou àquele que for designado pela CVM. O papel de secretário da assembleia será do Agente Fiduciário, estando este encarregado da redação das atas das Assembleias Gerais de Debenturistas.

#### **7.4. Quorum de Deliberação**

**7.4.1.** Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, ou por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, observado que alterações na Remuneração (exceto pelo disposto nas Cláusulas 3.12.2.5 e 3.12.3.1.3) e/ou as Datas de Vencimento das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura de Emissão deverão contar com aprovação de Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, ou por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso.

### **CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em:
  - b.1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos,
  - b.2) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou
  - b.3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- c) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- d) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações válidas e eficazes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- e) o Prospecto Definitivo e os Suplementos contêm e conterão, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- f) as declarações contidas no Prospecto Definitivo e nos Suplementos, em relação à Emissora e ao BNDES são verdadeiras nas respectivas datas em que foram dadas e não são enganosas, incorretas, insuficientes ou inverídicas;
- g) as opiniões, análises e expectativas expressas no Prospecto Definitivo e nos Suplementos, em relação à Emissora, foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- h) não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas do Prospecto Definitivo e dos Suplementos, ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto Definitivo e nos Suplementos cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto Definitivo ou dos Suplementos, seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- i) as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto Definitivo e nos Suplementos, em relação à Emissora, são verdadeiros, completos, suficientes e verídicos;
- j) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e ao exercício social imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- k) as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- l) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

- m) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Definitivo e nos Suplementos, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.

## **CLÁUSULA IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **9.1. Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### **9.2. Divisão**

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

### **9.3. Irrevogabilidade e Irretratabilidade**

Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento de qualquer dos requisitos relacionados na Cláusula II supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

### **9.4. Lei Aplicável**

Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

### **9.5. Resolução de Conflitos**

**9.5.1.** Observado o disposto na Cláusula 9.5.2 abaixo, todas e quaisquer dúvidas e controvérsias que porventura vierem a surgir em relação aos termos e condições desta Escritura de Emissão serão resolvidas por arbitragem de direito, de acordo com o previsto na presente Escritura e na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e alterações posteriores ("Lei da Arbitragem"), cuja decisão será imediatamente acatada pela Emissora e Debenturistas, estes representados pelo Agente Fiduciário.

**9.5.2.** A arbitragem não será admitida caso o regulamento a que esta esteja sujeita prejudique, por qualquer forma, o fornecimento de informações pela Emissora ao Tribunal de Contas da União, conforme exigido nos termos do artigo 70 e seguintes da Constituição Federal, ou outros órgãos de controle a que a Emissora estiver sujeita. A menos que expressamente acordado com a Emissora, todas as decisões em procedimentos arbitrais deverão ser proferidas com base exclusivamente em direito (arbitragem de direito), nos termos do artigo 2º da Lei da Arbitragem.

**9.5.3.** A arbitragem será conduzida perante e administrada pela Câmara de Arbitragem do Mercado, instalada pela BM&FBOVESPA ("CAM"), e caberá a um tribunal arbitral composto por três árbitros inscritos na CAM, de acordo com os procedimentos da BM&FBOVESPA ("Tribunal Arbitral").

**9.5.3.1.** Cada parte indicará um árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas partes. Quaisquer omissões, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CAM.

**9.5.4.** A parte vencida deverá pagar à parte vencedora as despesas da arbitragem e os honorários advocatícios arbitrados pela CAM. Caso haja sucumbência parcial de ambas as partes, caberá à CAM definir a proporção da responsabilidade de cada vencido. As partes concordam que, no caso de realização de acordo para extinção do processo, as despesas da arbitragem serão custeadas igualmente pelas partes, sendo certo que cada parte arcará com os honorários de seus patronos.

**9.5.5.** Sem prejuízo do disposto acima, qualquer das partes poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do conflito à arbitragem, observado o disposto na Lei da Arbitragem a esse respeito.

## **9.6. Foro**

Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para o exercício do direito de ação previsto no artigo 33 da Lei da Arbitragem, para a proposição de medidas cautelares conforme previsto na Cláusula 9.5.5 acima e para a execução de sentença arbitral e das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2012.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



Instrumento Particular de Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, celebrado em 1º de março de 2012, entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 1/3.

**BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

Instrumento Particular de Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, celebrado em 1º de março de 2012, entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 2/3.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

Instrumento Particular de Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, celebrado em 1º de março de 2012, entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 3/3.

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Id.:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Id.:  
CPF: